



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado

do Rio Grande do Sul

Brasil

Panno, Fernando; Dessimon Machado, João Armando
Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo
Desenvolvimento em Questão, vol. 12, núm. 27, julio-septiembre, 2014, pp. 264-297
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75232113010>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural

Partir ou Ficar no Campo

Fernando Panno¹
João Armando Dessimon Machado²

Resumo

O artigo aborda uma questão que vem preocupando as lideranças políticas, acadêmicas e comunitárias, vinculadas ao processo de desenvolvimento rural. O gradativo desinteresse dos jovens, filhos de pequenos agricultores, em permanecer no campo é debatido no mundo todo e tem sido alvo de tentativas constantes de intervenções, algumas bem sucedidas, mas na maioria sem desencaadeamentos práticos perceptíveis. Este estudo contempla três casos de jovens da microrregião de Frederico Westphalen, noroeste do Rio Grande do Sul, e envolve os fatores que influenciam na tomada de decisão destes. Estas decisões, quando inseridas no contexto rural regional, ganham um caráter ampliado e denotam uma tendência de (des)caracterização do cenário, que ultrapassa os limites territoriais, influenciadas por perspectivas maiores, que envolvem o caráter econômico como um todo. Os três jovens, focos do estudo, têm formação universitária, são filhos de pequenos agricultores bem estruturados produtiva e economicamente e, por razões diversas, aqui apresentadas, estão tomando rumos distintos em suas vidas: um deles decidiu constituir família e permanecer na propriedade dos pais, associando as atividades na propriedade com outra, obtendo renda pluriativa, outro decidiu partir para a cidade, perdendo, temporariamente o interesse pela propriedade e o terceiro decidiu voltar para a propriedade dos pais, deixando uma carreira promissora na cidade para tornar-se empreendedor rural. Os dados coletados a campo, as particularidades da região e um suporte bibliográfico, originaram o presente artigo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Processo decisório. Sucessão hereditária. Pluriatividade.

¹ Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela Unijuí. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Ciências Agronômicas e Ambientais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/Cesnors). fpanno@uol.com.br

² Doutor em Economia Agroalimentar pela Universidade de Córdoba – Espanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). joao.dessimon@ufrgs.br

INFLUENCES ON THE DECISION MAKING OF RURAL YOUTH WORKING MAN: Leave or Remain in Field

Abstract

The article discusses an issue that is worrying political leaders, academic and community linked to the process of rural development. The gradual disaffection of young children of small farmers to stay on the field is debated worldwide and has been the target of constant attempts of interventions, some successful, but in most practical triggering without noticeable. This study considers three cases of young people of the region of Frederico Westphalen, northwestern Rio Grande do Sul, and involves factors that influence the decision making of these. These decisions, when inserted in the rural regional character gain a broadened and show a tendency to (mis) characterization of the scenario that goes beyond the territorial boundaries, influenced by larger perspectives, involving an economic character as a whole. The three young men, the study focuses, have a university degree, are children of small farmers who are productive and well structured economically and, for various reasons, presented here, are taking different paths in their lives: one of them decided to start a family and remain the property of the parents , associating with other activities on the property, obtaining pluriactivity income, another decided to leave for the city, losing temporary interest in the property and the third has decided to return to the parental property, leaving a promising career in the city to become rural entrepreneurs. The data collected in the field, the particularities of the region and support literature have originated this article.

Keywords: Family farming. Decision making. Hereditary succession. Pluriactivity.

O acesso à tecnologia da informação, com ferramentas como a internet, telefone celular e televisão por assinatura, defronta os jovens do século 21 com um mundo globalizado e repleto de atrativos que estão ao alcance de suas mãos. Este cenário, vislumbrado pelos mais jovens, tem-se tornado cada vez mais urbano, o que gera um fenômeno iniciado com a modernização da agricultura e intensificado com as tecnologias supracitadas: a evasão de jovens do meio rural, que seguem seus rumos direcionados pelos benefícios e facilidades dos centros urbanos. Este fator tem alterado significativamente a estrutura do meio rural, com mais ou menos intensidade, dependendo da migração.

Este fenômeno, quando afeta regiões com economia predominantemente agrícola, pode trazer consequências preocupantes, que se ampliam quando a região é caracterizada pela agricultura estruturada em moldes familiares e muitas propriedades com pequenas quantidades de terras, como é o caso da microrregião de Frederico Westphalen – RS. Os motivos que levam à evasão e falta de interesse sucessório dos jovens da região são claros e compreensíveis, no entanto têm surgido, nos últimos anos, perspectivas de retração desse fenômeno.

O principal objetivo deste estudo é buscar uma compreensão dos fatores que influenciam e levam os jovens, filhos de agricultores familiares da região, a tomar suas decisões pessoais que, direta ou indiretamente, acabam afetando, positiva e negativamente, a comunidade onde vivem e, consequentemente, os rumos do desenvolvimento rural da região. Apontamentos como: políticas de incentivo ao empreendedorismo rural e carência de modelos de gestão, que profissionalizem as atividades rurais, possibilitando prospecção de renda, qualidade de vida e consequentemente interesse sucessório das atividades familiares, são abordadas no texto juntamente com alternativas e possibilidades de reversão do quadro de evasão que preocupa as lideranças locais.

Para atender aos objetivos, o artigo propõe, em sua abordagem metodológica, coleta de dados empíricos com a participação de jovens que tomaram distintas decisões calcadas em fatores e influências particulares, mas, ao mesmo tempo, passíveis de generalizações. Levantamentos bibliográficos foram feitos para justificar, cientificamente, este processo decisório e possibilidades vislumbradas para a continuidade e viabilidade da agricultura familiar. Ademais, o artigo é composto por uma breve revisão de literatura, formatada em separado das informações de campo, com a finalidade de embasar teoricamente o que os atores do estudo levantam em seus relatos posteriores.

A sequência do texto apresenta os dados de campo, que, apesar de pouco representativos quantitativamente, têm um forte apelo qualitativo e representam os direcionamentos que os jovens, filhos de pequenos agricultores, principalmente após terem a oportunidade de formação acadêmica, tomam para suas vidas. Diante dos relatos e das referências teóricas, são apresentadas algumas tendências e possibilidades para o problema de evasão com base nas características regionais, nas ações e prospecções dos jovens, objetos deste estudo. Por fim, conclui-se o artigo com as principais particularidades predispostas em seu corpo.

Abordagem Metodológica

O presente estudo busca fazer um ensaio, com abordagem puramente qualitativa e pouca representatividade estatística, dos caminhos traçados por três jovens, filhos de pequenos produtores rurais, que, de maneira distinta, vêm construindo sua vida profissional baseada, sobretudo, em decisões pessoais que são constantemente influenciadas por variáveis abordadas no texto e científicas por autores. Estas decisões acabam refletindo no processo de desenvolvimento rural local. A idealização da base teórica contempla temas

pertinentes e relacionados à caracterização local, principalmente do meio rural, e aos dados empíricos, tomadas de decisão e racionalidade, pluriatividade, empreendedorismo rural e sucessão hereditária.

O procedimento metodológico utilizado para coletar informações e compor os resultados investigatórios do estudo foi uma entrevista semiestruturada, aplicada junto a três jovens ligados ao meio rural, particularmente à agricultura familiar. A entrevista segue um roteiro de perguntas que permite ao entrevistador coletar as informações desejadas, especialmente com relação ao histórico de vida e decisões tomadas, influências e condicionantes que levaram os entrevistados a elas, além das consequências e prospecção de sucessão hereditária. Ao longo do texto, os atores serão tratados de acordo com suas formações acadêmicas, como segue num breve histórico de sua vida profissional e decisões tomadas, que serão retratadas e analisadas.

O primeiro entrevistado é contador, formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada (URI), filho de pequenos produtores rurais com área de 20 hectares de terra, cuja base produtiva da propriedade está alicerçada na produção leiteira. Foi escolhido para fazer parte deste estudo por ter decidido, mesmo tendo oportunidades de trabalho nos centros urbanos, permanecer na propriedade junto com os pais e impulsionar a atividade leiteira, associando seus conhecimentos práticos na atividade e suas aprendizagens acadêmicas de gestão de custos, análises financeiras e mercadológicas. Além da atividade na propriedade familiar, este profissional desempenha, hoje, uma atividade na Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen, na formação de Ensino Médio de jovens filhos de agricultores da região, ou seja, tem na pluriatividade uma alternativa para dar continuidade às atividades rurais dos pais.

O segundo entrevistado é engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal de Santa Maria, câmpus de Frederico Westphalen (UFSM/Cesnors), filho de produtores de grãos com 62 hectares de terra cultivada, pouco acima da média das propriedades locais, que decidiu, após formado, buscar colocação em uma empresa de venda de insumos na cidade, deixan-

do a propriedade. Esta família tem somente dois filhos, sendo o agrônomo em questão e uma filha recém-formada em odontologia que também não mostra interesse pela continuidade das práticas agrícolas. Este segundo caso aponta para um problema futuro de sucessão hereditária, se as perspectivas, principalmente do sucessor natural, não se alterarem.

Por fim, o terceiro entrevistado é administrador. Apesar de formado, decidiu não acompanhar os pais na propriedade com 25 hectares de terra, na suinocultura e gado de leite e partiu para a cidade. Apesar de alguns anos trabalhando em uma instituição financeira, com um cargo importante e concretas perspectivas de ascensão, decidiu retornar para as atividades da propriedade da família, investindo na melhoria das técnicas de produção de leite, profissionalizando a gestão da propriedade e se dedicando inteiramente à agricultura familiar.

Tem-se nestas três realidades, portanto, encaminhamentos decisórios distintos e possivelmente não definitivos, que retratam um pouco da difícil realidade vivida pelos jovens da microrregião de Frederico Westphalen (RS) quando tem, na formação superior, uma alavanca profissional e de conhecimento que, ao mesmo tempo, abre horizontes e acaba por distanciá-los das atividades rurais familiares pelas características já conhecidas do setor, carência dos atrativos urbanos, dificuldade de constituir família com a permanência no espaço rural, pouco prestígio atrelado à figura do agricultor familiar, intensidade das atividades, entre outras.

Abordagens Teórico Analíticas

Nesta sessão serão abordadas construções científicas por autores que virão complementar e, em alguns casos, justificar as características e processos decisórios práticos dos casos empíricos, na sequência do artigo.

Caracterização do Local

O Brasil, por ser um país de extensão continental, apresenta uma série de particularidades agropecuárias. A diversidade climática, de incidência pluviométrica, de estrutura de solo, de topografia, cultural, econômica e demográfica, faz com que as atividades agropecuárias no país sejam cada vez mais regionalizadas e customizadas. Esta personalização parte dos interesses públicos e privados acerca do desenvolvimento rural, com oferta e aderência de políticas regionalizadas com “programas desenhados para proteger a renda rural” (Zylbersztajn; Neves, 2000, p. 7), gerando alternativas de manutenção das famílias no meio rural.

O Estado do Rio Grande do Sul, da mesma forma, apresenta uma grande diversidade em áreas agricultáveis, com latifúndios produtores de cereais e pecuária e minifúndios, de realidade agrícola familiar, principalmente em regiões topograficamente irregulares. O presente estudo delimita abordagem na microrregião de Frederico Westphalen, situada no noroeste do Rio Grande do Sul, compondo a região do Médio e Alto Uruguai, cujo suporte para a promoção do desenvolvimento regional se dá pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau).

A compreensão das particularidades acerca do desenvolvimento social e econômico da região do Codemau-RS, e consequentemente da microrregião estudada, bem como a influência histórica e contemporânea das políticas públicas para tal, é bastante incipiente. Segundo Bernardes (1997), a região do Médio e do Alto Uruguai foi a última região do Rio Grande do Sul a ser ocupada, ou seja, as ações desenvolvimentistas, principalmente rurais da região, são recentes comparadas às outras regiões do Estado, e tiveram início em meados de 1920. A partir disso, a região passou a receber um olhar mais intensivo dos desbravadores e do poder público, com distribuição de terras e incentivos à cultura diversificada para subsistência.

De acordo com Tito (2012), é na Região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul que se encontra a maior concentração de minifúndios do Estado do Rio Grande do Sul e a população rural representa 53,08% do total da região, com o tamanho médio das propriedades de 15 hectares, predominando, assim, a agricultura familiar. Estas características são justificadas pela história de colonização da região, que foi a última região do Rio Grande do Sul a ser ocupada (Bernardes, 2007). O desenvolvimento desta Região, desde sua origem, vem sendo constituído com base na agricultura familiar, principalmente em razão das características fundiárias, caracterizada por pequenas e médias propriedades que possuem a mão de obra familiar para gerir e manter as propriedades rurais. (Brixius; Aguiar; Moraes, 2006).

A microrregião de Frederico Westphalen tem um perfil agrícola minifundiário com perspectivas de desenvolvimento rural atrelado à diversificação de culturas, ações empreendedoras e pluriatividade econômica para diversificação de renda. Apesar dos acenos positivos, em longo prazo, a região enfrenta um problema que não é exclusivo seu, mas extremamente preocupante e vem a ser um dos principais aspectos levantados pelo artigo: a evasão dos jovens do meio rural e os parâmetros usados por estes para tomar suas decisões pessoais. Comparando os senso do IBGE de 2000 e 2010 (Instituto..., 2013), tem-se um decréscimo de aproximadamente mil habitantes do meio rural do município de Frederico Westphalen, o que representa quase 5% em termos populacionais.

Os números parecem pouco significativos, no entanto a realidade local aponta para consequências negativas perceptíveis no cenário rural. Essa realidade foi exposta por Alvarez (2012) em uma reportagem visual que foi vinculada ao Jornal Nacional da rede Globo de Televisão sobre a evasão rural, principalmente de jovens, filhos de pequenos agricultores. A leitura de cenário feita pela maioria dos jovens do rural local é de falta de possibilidades e alternativas de manter-se na propriedade familiar com autonomia e dignidade. Eles acabam vislumbrando seu futuro nos centros urbanos, o que é natural.

Tomadas de Decisão e Racionalidade Limitada

O ser humano, como ser racional, passa a vida resolvendo situações de ambiguidade que lhes aparecem por imposição pessoal, profissional, ambiental, econômica, social, etc. Silva Neto, Lima e Basso (2003) abordam o processo de tomadas de decisão considerando a teoria clássica por intermédio de Sternberg (2000), subentendendo que o tomador de decisão conhece todas as informações relevantes, tem domínio sobre as diferenças entre elas e é racional na sua decisão. Esta teoria, no entanto, dificilmente se aplica na prática, uma vez que a vastidão de informações disponíveis impossibilita a análise de sua totalidade.

Esta impossibilidade analítica de todas as informações pertinentes a uma tomada de decisão racional origina a teoria da racionalidade limitada, pensada e difundida por Simon (1965). Para ele, o contexto desigual de uma decisão está definido por informações incompletas, recursos limitados, multidisciplinaridades de objetivos e conflitos de interesse. Além disso, os indivíduos tomam suas decisões sem a análise racional das alternativas consideradas ótimas e sim sobre as consideradas satisfatórias. Ao escrever sobre Simon, Minkes e Gordon (2003) lembram que, para ele, as pessoas tendem a decidir pelo satisfatório ao invés do ideal. Segundo Simon, para buscar a decisão ideal deve-se deixar os preceitos da economia tradicional e decidir sobre alternativas que possivelmente contenham, no meio delas, a ótima.

Considerando que o processo de decisão é, geralmente, um processo de coleta, interpretação e análises de alternativas, na maioria das vezes incompletas, cujo resultado está na tomada de uma decisão satisfatória e não ótima, deve-se considerar também que, durante este processo, o indivíduo recebe uma série de influências que afetam e direcionam sua decisão. Neste sentido, Gasson (1973) apresenta quatro orientações das decisões dos produtores rurais:

Orientação Instrumental: em suas decisões, os indivíduos buscam maximizar seus objetivos preestabelecidos, considerando um padrão de benefícios mínimos aceitáveis. De forma prática, buscam também expandir seus negócios e ter condições agradáveis de trabalho.

Orientação Social: o processo decisório de um agricultor com orientação social parte da conquista de prestígio social. Além disso, tem uma relação positiva com a comunidade agrícola, e prima por continuar a tradição familiar e exercer atividade junto com a família.

Orientação Expressiva: neste fator influente, o sentimento de pertencimento, sentir-se proprietário, trabalhar ele mesmo na atividade agropecuária, busca ter habilidades e aptidões especiais para melhor desenvolver a propriedade e ser criativo no trabalho.

Orientação Intrínseca: o agricultor atua com satisfação, desfruta do trabalho agrícola ao ar livre, valoriza o trabalho duro e a independência nas decisões.

As orientações supracitadas são constatadas nas decisões dos jovens agricultores familiares, objetos do presente estudo. Diante da realidade que lhes é apresentada pelo cenário agrícola como um todo, especialmente da agricultura familiar, suas decisões acabam sendo direcionadas por variáveis e percepções diversas, influenciando diretamente no processo de sucessão das propriedades analisadas.

Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) define agricultura familiar como uma forma de produção na qual predomina a interação entre gestão e trabalho. É o agricultor familiar que dirige o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementando com o trabalho assalariado. Schneider (2003) complementa afirmando que para se definir agricultura familiar não se pode levar

em consideração apenas as atividades econômicas associadas à produção agropecuária da família; deve-se olhar o agricultor familiar sob uma ótica da pluriatividade, atividades externas executadas pelos membros da família, o que não descharacteriza a agricultura familiar.

As atividades desenvolvidas pela agricultura familiar têm forte representatividade na geração de emprego e renda no meio rural brasileiro. De acordo com o IBGE, as atividades em pequenas propriedades no Brasil correspondem a 77% dos produtores rurais e gera mais de 12 milhões de empregos. Possuem apenas 20% de terras e são responsáveis por 30% da produção nacional. Os números mostram que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural está alicerçada na capacidade de absorção de mão de obra e de geração de renda no campo, tornando-se um meio eficiente de redução do êxodo rural (Brixius; Aguiar; Moraes, 2006). A contribuição da agricultura familiar para a composição regional vai além dos agregados econômicos. Wanderley (2009, p. 305) enfatiza que “as áreas onde a agricultura familiar é predominante, correspondem às situações de maior intensidade de vida social local. Esta contribuição é significativa e reflete em qualidade de vida e desenvolvimento rural”.

Essa realidade, no entanto, parece não refletir no cenário de algumas regiões. O êxodo rural e, principalmente, o desinteresse dos jovens em permanecer no meio é uma realidade preocupante. Os jovens do campo estão deixando as terras dos pais para tentarem a sorte na cidade, acarretando a superpopulação destas, com o intuito de estabelecerem-se nos estudos ou em outras atividades, muitas vezes incentivados pelos pais.

[...] cada vez mais, os pais põem seus filhos na escola, mesmo que tenham que deslocá-los para a cidade para continuarem estudando. Parece que não querem mais que seus filhos sejam também agricultores, e os jovens filhos dos agricultores tampouco parecem pensar em ser agricultores no futuro (Piran, 2001, p. 134).

Dentre os aspectos responsáveis por essa realidade está a falta de perspectivas entre estas pessoas de buscar uma oportunidade melhor e prosperar com a terra, uma vez que os incentivos dados a sua permanência no meio rural, apesar de crescentes, ainda são pouco atrativos perante as oportunidades oferecidas pelas áreas urbanas. Outro fator determinante, segundo Segatti e Hespanhol (2008), é o avanço da tecnologia na agropecuária e crescente dependência aos complexos agroindustriais que exercem forte pressão sobre os pequenos produtores rurais, sendo necessária a ampliação de meios para fonte de renda, baseados na diversificação das atividades na propriedade.

Esta pressão provoca, especialmente nos mais jovens, o desejo de consolidar-se profissionalmente em ambientes que lhes proporcionem uma aproximação com aquilo que eles consideram e exaltam como difusores de qualidade de vida e dignidade. Pensando-se pelo pressuposto de que a agricultura continua a ser, quase exclusivamente, uma ocupação hereditária, em que a transferência do controle empresarial e de propriedade para a próxima geração é, sem dúvida, uma das fases mais críticas para o desenvolvimento do negócio, (Lobley, 2010), especialmente na pequena propriedade rural, os encaminhamentos sucessórios dentro da própria família tornam-se fundamentais para a continuidade da agricultura familiar.

A manutenção das atividades familiares nas pequenas propriedades vai além do interesse dos proprietários e da adequação destes às tendências tecnológicas e comerciais, partindo da motivação e visualização de futuro de seus sucessores. Adachi (2006, p. 199) lembra que o processo de sucessão “estará associado a duas disposições de vontade: o sucedido deve ceder sua posição e o sucessor deve assumir o novo posto”. Percebe-se que o caminho sucessório tem duas vias paralelas, de interesse e vontade mútuos.

Para Casillas et al. (2007), a sucessão de atividades entre membros da família parte da real intenção do sucedido de transferir as funções aos sucessores, segue na preparação destes e culmina com o encaminhamento da sucessão incluindo as novas gerações nos processos decisórios, gerenciais

e cotidianos da propriedade. Adachi (2006, p. 204) ressalta o fato de que “o sucessor ideal deve ser um indivíduo que contemple todas as habilidades necessárias para assumir um cargo importante”. Isso parte de uma série de ações de responsabilidade compartilhada.

Por outro lado, a agricultura familiar tem uma particularidade forte, um sentimento de pertencimento que identifica as famílias com a comunidade onde vivem. Para Sacco dos Anjos e Caldas (2009, p. 210), este sentimento “repercute no modo como as famílias atualmente concebem o ofício de agricultor, o valor material e simbólico que atribuem ao patrimônio familiar, ao espaço que residem”. São laços históricos e étnicos que podem ser vistos como um fator motivacional importante para sua permanência no campo. Sabourin (2009) acredita que a identificação com o local é uma forte geradora de vínculos sociais e consiste em alternativa, presente em muitas unidades agrícolas familiares, de garantir sua existência social.

Há, nesse caso, um forte vínculo do trabalhador com a comunidade, embasada em valores de sentimento de pertencimento, solidariedade e coletividade. Estes valores e sentimentos podem contribuir com a manutenção das famílias no campo, mantendo um desenvolvimento sucessível e constante.

Pluriatividade e Relações do Rural com o Urbano

A ascensão da tecnologia e das técnicas de produção agrícola alteraram consideravelmente as atividades dos pequenos produtores rurais que, de maneira mais ou menos intensa, tiveram acesso e aderiram a elas. Com isso, por mais que se tenha perdido força de trabalho, como mencionado em outras oportunidades neste texto, as propriedades organizadas, com uma formatação gerencial aceitável, têm obtido excelentes rendimentos, sem aumentar a quantidade de terras e, tampouco, seu esforço físico e tempo destinado. Diante disso, percebe-se um aumento constante de produtores rurais pluriativos que aderem às tecnologias de produção e diminuem o tem-

po de dedicação à produção agropecuária e, com isso, abrem possibilidades de renda em outras áreas e setores econômicos para si ou para membros de sua família. Conforme Carneiro (2006), com as novas dinâmicas do meio rural emerge a discussão sobre atividades não agrícolas e pluriatividade no Brasil.

Para Baumel e Basso (2004), a pluriatividade tem um caráter social importante por oportunizar alternativas de reprodução da agricultura familiar, ampliando as fontes de renda e integrando-se com realidades urbanas ou mesmo rurais, mas de concepção diferente das suas, mediante novas atividades ocupacionais. A pluriatividade tem sido apontada como uma alternativa viável de manutenção da população jovem no campo, associando as atividades da propriedade da família com outras que lhes garanta maior autonomia e segurança financeira. Schneider e Mattos (2006) afirmam que a pluriatividade poderá ter um papel importante na promoção do desenvolvimento rural sustentável na medida em que se apresenta como possibilidade a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, a melhoria da renda, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens e a gestão interna das unidades familiares.

À medida que as famílias são consideradas pluriativas quando ao menos um membro da mesma exerce uma atividade agrícola e outro exerce uma atividade não agrícola (Graziano da Silva, 1994), o papel dos jovens como membros fomentadores deste enquadramento é fundamental. Silva e Schneider (2010) compararam um município do Rio Grande do Sul, com altos índices de pluriatividade (Veranópolis) a outro com poucas famílias rurais pluriativas (Três Palmeiras). Os pesquisadores atestam que onde há maior pluriatividade o desenvolvimento rural e evolução econômica da região também é maior. “Os membros que praticam a pluriatividade contribuem para o aumento da renda familiar, para o bem-estar familiar e para a manutenção da atividade agrícola” (Silva; Schneider, 2010, p. 10).

A participação de produtores rurais em atividades não agrícolas contribui para a aproximação das relações entre campo e cidade. As relações de trabalho, que geram o conceito de pluriatividade, na maioria dos casos se dá com um ou mais membros da família rural exercendo função assalariada fora dela (Barbieri; Mahoney, 2009), aproximando as fronteiras entre os dois espaços. Isto se deve ao avanço do urbano. Oriundo das conquistas tecnológicas e industriais vem, gradativamente, descaracterizando o meio rural, principalmente nas proximidades dos grandes centros. É perceptível a redução das distâncias entre os diferentes espaços.

A estruturação de uma imagem do “rural” na concepção contemporânea tem se tornado cada vez mais complicada. A definição de rural como aquilo que está fora do urbano, chamado distrito ou vila, conforme sugeriu o decreto lei n. 311 de 1938, já não basta para essa compreensão. O rural e o urbano, em muitas regiões, acabam se fundindo, ou, ainda, o urbano acaba desestruturando o rural, transformando-o em legado histórico e distante dos olhos. Devido às amplas dimensões territoriais brasileiras, no entanto, o espaço rural ainda é ator importante de desenvolvimento local em muitas regiões, inclusive do Rio Grande do Sul.

Empreendedorismo Rural

A consequência da modernização da agricultura para as pequenas propriedades rurais “torna evidente a necessidade de procurar soluções sustentáveis não só do ponto de vista social e ambiental, mas também econômico. A criação e o desenvolvimento de pequenas empresas e empreendedorismo surgem como um elemento fulcral do desenvolvimento rural” (Dinis, 2011, p. 25). Estas soluções, mesmo que incipientes, baseadas nas características locais e na realidade da agricultura familiar, têm apontado para alternativas promissoras, vistas com bons olhos tanto pelos produtores, seus descendentes e comunidade.

São estratégias autônomas que se aplicam com mais urgência no caso de ações econômicas alternativas (Wilkinson, 2008). As pequenas propriedades rurais começam a ser vistas como boas oportunidades de ascensão econômica, quando planejadas, organizadas, dirigidas e controladas com moldes profissionais e gerenciais. Vê-se no empreendedorismo rural uma possibilidade para “produção com base na pequena escala, e desenvolvimento de pequenos negócios” (Dinis, 2011, p. 49). Esta concepção fortalece a ideia de que os atores motivadores do desenvolvimento rural devem oferecer suporte e subsídios aos empreendedores rurais para que possam investir e dedicar suas forças em empreendimentos promissores.

Contexto dos Casos Analisados

Diante de uma realidade instigante, na qual se insere o meio rural da região analisada de forma empírica, que não difere da situação enfrentada por outras regiões, tem-se a abordagem de três casos com similaridades e ao mesmo tempo distintas características. A realidade supracitada é o difícil processo decisório pelo qual passam jovens oriundos do meio rural quando atingem uma certa idade que os direcionada para o mercado de trabalho. A evasão jovem no meio rural da microrregião de Frederico Westphalen (RS) é crescente e vem sendo retratada pelos meios de comunicação com muita preocupação.

A realidade é instigante porque, mesmo com boas perspectivas de renda nas propriedades rurais familiares, às vezes maiores do que aquelas estimadas nos centros urbanos, os jovens da região analisada têm se mostrado naturalmente adversos a construir sua vida profissional no campo ou até mesmo manter uma pluriatividade, associando atividades rurais e urbanas.

Em uma tentativa de entender como se dá o processo decisório desses jovens, bem como as consequências pessoais, familiares e sociais dos mesmos como um todo, tem-se o resultado de uma entrevista com três jovens com formação universitária em áreas de gestão e agronomia, que

acabaram direcionando sua vida profissional por estímulos particulares, familiares e ambientais e que são passíveis de análises. Serão retratados aqui como contador, engenheiro agrônomo e administrador, de acordo com as características apontadas anteriormente.

Pluriatividade como propulsora das decisões profissionais: caso do contador

Considerando que as características rurais da região do Médio Alto Uruguai do RS, mais especificamente da microrregião de Frederico Westphalen, apontam para um envelhecimento da população e pouca perspectiva de sucessão hereditária nas propriedades familiares, vê-se na pluriatividade uma alternativa interessante para despertar nos jovens o interesse pelas atividades de seus pais. As oportunidades de emprego e renda fora da propriedade remetem os mais jovens, principalmente aqueles que buscam aperfeiçoamento acadêmico, ao mercado de trabalho urbano ou a outras atividades paralelas à produção agrícola.

Este pensamento pluriativo está presente na trajetória de vida e faz parte das análises dos processos decisórios traçados pelo contador. Seu relato mostra que desde criança ele se mostrou apto a seguir os caminhos dos pais e tirar da agricultura o seu sustento. A passagem da entrevista que segue mostra a intenção.

Sempre tive na minha cabeça que, por mais que pudesse sair do campo para estudar ou aventurar em outras atividades, minha vida é aqui, sem deixar de lado o que considero importante para mim e para minha família, conforto e qualidade de vida. Decidi por cursar Ciências Contábeis porque na época não tinha em Frederico Westphalen os cursos de Graduação voltados ao setor agrícola como tem hoje. No entanto, mesmo me formando em uma área de oportunidades profissionais basicamente urbana, nunca tive a intenção de atuar e sim de utilizar os conhecimentos que adquiri na propriedade do meu pai e em negócios voltados ao meio rural.

Percebe-se, neste relato, que o foco do jovem agricultor formado em ciências contábeis sempre esteve na continuidade das atividades dos pais por mais que tenha recebido influências de atrativos urbanos. Durante o curso de Graduação ele empreendeu com um primo uma agroindústria de derivados de uva, especificamente suco concentrado. Esta foi a primeira atividade desenvolvida paralelamente à atividade leiteira da família. Mantendo uma rotina de trabalho oscilando entre as atividades na propriedade familiar e a agroindústria, o então estudante de contabilidade pode associar as teorias aprendidas em sala de aula com as atividades práticas, principalmente na agroindústria.

Depois de formado surgiram propostas de trabalho na cidade, mas decidiu ficar com suas atividades e continuou dividindo seu tempo entre a atividade leiteira da família e a agroindústria. Também constituiu sua própria família, construindo moradia na terra dos pais. A agroindústria, no entanto, expandiu rapidamente e estava exigindo maior dedicação sua, não somente na produção, mas na comercialização e gestão como um todo. Este ponto ele considera crucial para mais um processo decisório baseado em variáveis diversas. Seu relato associa a sua decisão à teoria dos fatores influentes de Ruth Gasson (1973) vistos anteriormente, principalmente por sua orientação social e intrínseca.

O contador complementa dizendo que:

Quando percebi que a agroindústria estava me afastando da atividade leiteira e meus pais estavam sentindo a ausência e pensando inclusive em desistir da atividade, conversei com eles e com a minha esposa e tomei uma difícil decisão. Vendi a minha parte da agroindústria para meu sócio e investi na construção de um estábulo novo, ordenhadeiras e melhoria do rebanho de leite do meu pai. Me tornei sócio dele e acabei ficando um tempo com dedicação exclusiva à produção de leite, com maior atenção aos custos de produção, qualidade e gestão da propriedade.

Perguntado sobre a relação dele com seu pai, nessa mudança que ele mesmo chamou de “tornar-se sócio”, em aspectos decisórios referentes à propriedade e ao negócio, diálogo e delegação de responsabilidades, ele mostrou-se seguro. Segundo ele, as decisões são tomadas em conjunto.

É claro que o pai tem mais voz, afinal a propriedade ainda é dele, mas tenho contribuído bastante e ele tem me dado uma boa abertura para decidir e opinar. A questão da divisão das receitas é que ainda não ajustamos de acordo com os investimentos que eu fiz e que aumentaram a rentabilidade da propriedade, mas isso é um pouco mais delicado e um ponto de conflito em todos os negócios.

Percebe-se que o contador tem noção do espaço que deve conquistar na propriedade e conhece os obstáculos que existem nesse processo. Ele, no entanto, acredita que tomou a decisão correta, afinal está investindo em algo que no futuro será de sua responsabilidade e, como citou no início, está investindo no que projetou para a sua vida desde cedo. “Nunca me vi vivendo e trabalhando na cidade, e as oportunidades que tive não me instigaram”. Diante do exposto pelo jovem agricultor e contador até aqui, percebe-se que o processo de sucessão hereditária desta propriedade deverá ser tranquilo. O relato que segue aponta para a sua percepção sobre o ponto.

Como sou único filho homem – tenho mais duas irmãs – desde cedo meu pai vem trabalhando esta questão da sucessão e acho que o fato de eu querer continuar tem total passagem por ele que sempre quis que eu ficasse. Ajudou minhas irmãs a se colocar na cidade já pensando que a propriedade vai ficar para mim.

Percebe-se aí uma questão importante quando se fala em sucessão hereditária. Não basta o jovem querer e se esforçar para permanecer e desenvolver a propriedade; é fundamental que a família toda queira e ofereça

condições para tal. Talvez este seja o grande ponto a ser trabalhado diante da constante preocupação social sobre a falta de perspectivas sucessórias na agricultura familiar.

Por fim, o contador reitera que acredita ter tomado as melhores decisões até então, e pensa em ampliar as atividades na propriedade, não somente na área leiteira, mas em outras que está analisando. Também, recentemente, voltou a desenvolver atividade pluriativa, uma vez que segundo ele, “a propriedade está mais organizada, minha esposa está ajudando e as novas técnicas adotadas fazem sobrar um bom tempo”. Decidiu, então, aceitar uma proposta de trabalho em um programa de educação de jovens do campo, cumprindo o papel de gestor temporário da Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen, incrementando a renda familiar e oportunizando que a atividade principal da família receba novos investimentos.

Foco no agronegócio: caso do engenheiro agrônomo

Como visto anteriormente, a região do Médio Alto Uruguai é essencialmente agrícola e tem na agricultura familiar sua característica mais expressiva. A microrregião de Frederico Westphalen faz parte deste contexto. Por ter na agricultura familiar um de seus pilares econômicos e sociais, os órgãos públicos de gestão, conselhos de desenvolvimento e instituições de ensino regionais mostram-se preocupados com a falta de perspectivas e de interesse dos jovens em permanecer desenvolvendo o meio rural, juntamente com as propriedades familiares.

Esta preocupação fez com que se buscasse alternativas interessantes de formação acadêmica de jovens direcionados para o setor agrícola, com cursos de Ensino Médio, Tecnológicos e de Graduação para a área. O que se percebe, no entanto, é que a maioria dos jovens que busca esse aperfeiçoamento, principalmente no curso superior, depois de formados não têm retornado para as propriedades da família para desenvolvê-la com as técnicas

e conhecimentos adquiridos. Pelo contrário, o fato de terem estudado os direciona para o mercado de trabalho urbano, tido como mais seguro e menos oneroso, oportunizando maior tempo para si, entre outros atrativos urbanos.

No segundo caso empírico, ora apresentado, percebe-se que foi justamente isto que aconteceu. Filho de agricultores locais, com terra, máquinas e estrutura considerados de excelência para os padrões locais, decidiu, após formado em agronomia pela UFSM/Cesnors, deixar a atividade na lavoura que desempenhava com a família antes de partir para a formação superior, para buscar uma colocação como vendedor de insumos em uma agropecuária local. Em entrevista, o jovem engenheiro agrônomo se diz mais atraído pelo “antes e depois da porteira” da cadeia de grãos do que pela produção em si. As características das variáveis consideradas para este processo decisórios são bastante genéricas e se aplicam a boa parte dos jovens que vivem situação similar.

O fato instigante, neste caso, é que o engenheiro agrônomo tem consciência que trabalhando na propriedade da família ele, certamente, teria uma rentabilidade bem maior que a que vem tendo como empregado do comércio de produtos agropecuários. Nesta situação, percebe-se que a decisão está calcada em outros aspectos, não financeiros, mas de autoestima, independência financeira e de autonomia nas decisões pessoais.

O ponto de partida da entrevista junto ao recém-formado em agronomia que resolveu não voltar para a propriedade dos pais para contribuir com a atividade de monocultura de grãos, se volta à mesma questão do princípio do caso anterior – a identificação pessoal do entrevistado com o meio rural. Já neste ponto a resposta mostra que sua decisão sofreu influências externas importantes.

Ele diz:

eu sempre gostei de ajudar meu pai na lavoura. Achava cansativo e vivenciava as preocupações dele com relação às oscilações de mercado e intempéries climáticas, mas me enxergava fazendo a mesma coisa no

futuro. No entanto, durante a Graduação, comecei a ver que a propriedade da minha família é muito pequena para aplicar as técnicas vivenciadas em aula. Além disso, meu pai sempre me incentivou a estudar para buscar oportunidades em grandes empresas ou fazendas no Mato Grosso onde tenho parentes. Pretendo ganhar um pouco de experiência aqui e depois buscar outras oportunidades em regiões com agricultura mais desenvolvida.

Percebe-se que o entrevistado, quando criança, cultivava a intenção de manter-se na lavoura, o que é natural e perceptível em crianças e adolescentes do campo. O mundo deles é este; não vivem experiências tão diferentes. Quando começam a sair mais de casa ou quando tem acesso às tecnologias da informação, no entanto, percebem que o mundo fora do campo tem atrativos que, ao permanecer na propriedade da família, terão mais dificuldades em conseguir. É a atração pelo urbano que vem afastando os jovens do campo e dificultando a sucessão de propriedade e continuidade dos afazeres da agricultura familiar.

A entrevista com o engenheiro agrônomo evidencia esta realidade. Quando ele começou a vivenciar mais os ambientes urbanos, a vontade de continuar nos 62 hectares da família foi diminuindo, a ponto de ter bem claro na mente dele: “não estudei tanto para ficar preso a 62 hectares de terra”. Este é o pensamento da maioria dos jovens que teve oportunidades de aperfeiçoamento acadêmico e profissional. Ele relata que não pensa em dedicar sua vida à propriedade da família, mas não descarta ajudar seu pai com dicas sobre culturais, plantio e demais técnicas. Ou seja, mesmo não tendo a intenção de viver diretamente na propriedade, ele quer conciliar as atividades na cidade ou em uma fazenda maior como funcionário com a propriedade da família, de uma forma menos intensa.

Neste sentido, percebe-se uma diferença entre este caso e o anterior. O jovem engenheiro agrônomo tem a intenção de colaborar com a atividade familiar, no entanto, segundo ele, vê resistência por parte do seu pai em aceitar suas sugestões, o que acaba distanciando-o cada vez mais das ativi-

dades na propriedade. Nota-se, neste caso, que a postura pouco aberta ao diálogo do pai é um fator importante para a decisão do jovem de se abster do dia a dia da propriedade familiar, juntamente com os demais fatores vistos anteriormente.

Quando questionado sobre o futuro da propriedade, o jovem foi bem-enfático ao declarar: “quando chegar o momento vou ver, se estiver bem-colocado como engenheiro agrônomo não tenho interesse, sinto que a propriedade, que era de meu avô, vai para terceiros, só não vai se a minha única irmã casar com alguém que queira continuar, o que acho pouco provável”. O destino previsto pelo entrevistado para a propriedade familiar vem assolando boa parte dos agricultores familiares da região. Tem-se, assim, uma mudança lenta, mas contínua no cenário rural local. As comunidades rurais estão ficando cada vez menos povoadas e os agricultores mais organizados e preparados estão comprando os pequenos lotes e agregando aos seus.

Por fim, este breve relato aponta para uma tendência preocupante. A agricultura familiar, necessária pelos padrões produtivos que exerce, até mesmo como garantia de segurança alimentar, e também por fatores culturais, vem perdendo força na microrregião analisada. No caso do engenheiro agrônomo, a propriedade é maior que a média local, produz *commodities*, mas dentre as propriedades menores, com outros cultivares, animais, frutas, etc., a realidade é a mesma, senão pior. Casos como o primeiro descrito estão se tornando cada vez mais raros.

Percebe-se na fala deste jovem recém-formado em agronomia, que suas decisões são alicerçadas pela insatisfação dele para com a falta de flexibilidade e delegação de autoridade e responsabilidade dada a si pelo seu pai. Além disso, ele não se sente parte do processo produtivo e acredita que a vida na propriedade não lhe trará o devido prestígio profissional. Em suma, neste caso, os fatores influentes de Gasson (1973) não fazem parte das premissas do jovem engenheiro agrônomo. Isso pode justificar sua decisão e desinteresse pela propriedade da família.

Vislumbrando uma oportunidade empreendedora: caso do administrador

Uma das alternativas debatidas em seminários, congressos e atividades ligadas ao desenvolvimento rural na microrregião de Frederico Westphalen, quanto à preocupação eminente da evasão jovem do meio rural, é a profissionalização da propriedade por meio de gestão qualificada e organizada das atividades agropecuárias. Ou seja, preceitos de empreendedorismo rural. O pensamento é oportunizar ao jovem do campo acesso aos benefícios que o urbano oferece, especialmente em termos de tempo para socialização, autonomia para tomar suas próprias decisões e ter seu próprio rendimento para a livre-administração.

Dessa forma, tem-se trabalhado a ideia de desenvolver o espírito empreendedor tanto nos jovens quanto em seus pais e demais familiares, no sentido de planejar, dirigir e controlar a pequena propriedade rural como uma empresa. Inclui-se nesta perspectiva a busca pelo aperfeiçoamento tecnológico, planejamento de atividades com delegação de responsabilidades e de autoridade que possam flexibilizar o tempo dos membros da família, controlar os custos de produção, de comercialização, enfim, pensar os 15 ou 30 hectares, média das propriedades da região, com ferramentas de gestão.

Neste sentido, segue o terceiro caso e, talvez, o que mais traz consigo uma carga de otimismo e esperança para a agricultura familiar da região; um primeiro indício de retrocesso do processo de evasão, ainda pouco significativo, mas que abre uma perspectiva. É o caso de um jovem administrador, formado na Universidade Regional Integrada, que, da mesma forma dos casos anteriores, quando criança e adolescente sempre viveu com plenitude a vida no campo, sonhando em lá permanecer. Mesmo após entrar na faculdade de administração, continuou auxiliando a família, trabalhando com os pais. Segundo ele, “meus pais sempre consideraram aquilo que eu trazia de novidades em termos de gestão para melhorar suas práticas. Sempre acharam bem-vindas”.

A família trabalha na atividade leiteira e na suinocultura com integração junto a uma grande empresa, atividades que sempre oportunizaram uma boa renda familiar. Por ser filho único, o administrador sempre usufruiu plenamente desta renda e, desde cedo, havia traçado seu plano de futuro: após concluir a faculdade de administração aplicaria o conhecimento adquirido na propriedade de 25 hectares de terra para melhorar o processo, especialmente na gestão. Ao concluir os estudos, no entanto, o administrador recebeu uma proposta de trabalho de uma cooperativa de crédito para trabalhar na sua área de formação. Após muito diálogo com os pais, decidiram em conjunto que ele deixaria o campo para viver a experiência. Segue o relato sobre esta decisão.

Quando recebi a proposta da cooperativa para trabalhar como operador financeiro, conversei com meus pais e decidimos que procuraríamos uma pessoa para auxiliar nas atividades da propriedade e eu iria morar na cidade para trabalhar. Meu compromisso era continuar ajudando, na medida do possível e, quando meus pais não conseguissem mais manter as atividades em função da idade, nós repensaríamos a situação.

O jovem administrador foi para a cidade e cresceu profissionalmente na cooperativa de crédito. Em dois anos ele assumiu uma unidade da cooperativa como gerente em um município de Santa Catarina. Estava com uma boa renda, perspectivas de ascensão, reconhecimento profissional, enfim, conquistou um espaço interessante em um mercado extremamente competitivo.

Depois de quase quatro anos distante da propriedade dos pais, já contribuindo pouco em função da distância, acostumado com os atrativos urbanos comentados anteriormente, o administrador percebeu que a vontade de criança de viver no meio rural estava se perdendo. Visitava os pais e não se via mais vivendo naquele lugar. A naturalidade da situação já havia, inclusive, conformado seus pais, que, vendo a boa situação do filho na cidade, não insistiam mais para que ele assumisse a propriedade e estavam

pensando outras alternativas para o futuro dela. Tinham planos de, num futuro próximo, com a aposentadoria, vender toda a estrutura e viver na cidade. Foi uma decisão difícil, uma vez que tinham laços históricos com o local e haviam feito um bom investimento em estrutura física e animais. A propriedade estava bem-estruturada e com um excelente rendimento.

Em uma das visitas feita aos pais, no entanto, o administrador começou a analisar a propriedade com outros olhos. Percebeu que poderia transformá-la em um empreendimento mais organizado do que era e com ela ter mais autonomia que tinha na cooperativa. As orientações instrumental e expressiva de Gasson (1973) são perceptíveis neste caso. O seu instinto empreendedor fez com que ele traçasse um planejamento estratégico para a propriedade e, vendo uma oportunidade concreta, poderia mudar sua trajetória da vida. Segue o relato que originou a mais importante decisão da vida deste, hoje, empreendedor rural:

Minha formação acadêmica foi bem-direcionada para o empreendedorismo. Mesmo bem-colocado no mercado de trabalho nunca perdi o interesse de ser dono do meu próprio negócio, no entanto a vida na cidade direcionou meu foco para um empreendimento urbano. Mas, em uma das visitas na propriedade da minha família, nas férias, comecei a perceber que a vida que eles e que seus dois funcionários estavam levando era muito mais tranquila que a minha, não tinha a pressão por resultados que estava me tirando o sono, muitas vezes. Associei isso ao contato diário que tenho com agricultores do porte do meu pai, clientes da cooperativa de crédito onde trabalho e percebi que o salário que eu ganhava, considerado excelente para os padrões regionais, era bem menor que o rendimento desses agricultores e da minha família também. Os funcionários do meu pai estavam ganhando pouco menos que eu. Passei a estruturar um planejamento estratégico para a propriedade e para a minha vida.

Este *insight* passou a motivar o administrador, que complementa:

Percebi que a propriedade da minha família estava bem-estruturada, com tecnologia de produção adequada, só faltava mais controle e gestão mesmo, mas os resultados, mesmo com o pouco conhecimento financeiro, mercadológico, de processos de meu pai, e seus rendimentos, eram muito bons. Comecei a colocar em prática meus planos. Conversei com meus pais e, mesmo não vendo neles muita certeza sobre minha decisão, achavam que deveria ficar com a segurança, nem tão segura, do meu emprego na cidade. Decidi fazer uma proposta pra eles: pedir demissão e voltar para casa. A proposta era que eu colocaria moldes de gestão na propriedade, ampliaria os negócios e ficaria com a ampliação das receitas, ou seja, eles continuariam com a receita atual e eu apostaria em incremento de receita para mim.

Assim, o jovem administrador passou a ter seu próprio empreendimento. Há pouco tempo na nova atividade, ele tem se mostrado satisfeito com os resultados até então, e pensa que poderia ter tomado esta decisão antes. Seus pais, receosos no início, perceberam que a propriedade poderia render ainda mais que estava rendendo. Ele, agora, pretende estabilizar a propriedade e construir família com sua futura esposa. Já decidiu, porém, que vai fixar residência na cidade, permanecendo com seu empreendimento rural. Ele considera que conseguirá morar na cidade e trabalhar na propriedade, uma vez que seus pais continuarão no local e têm funcionários preparados para suprir sua ausência. Hoje ele tem total autonomia na gerência da propriedade. Tem recebido visitas de universidades e escolas do meio rural que buscam conhecer a propriedade administrada com moldes empresariais.

Este caso tem mostrado que, na microrregião de Frederico Westphalen a evasão do jovem do campo é constante, no entanto vê-se casos de retrocesso deste fenômeno. Como o próprio administrador fez questão de lembrar: “mesmo com pouca quantidade de terras é possível sim viver bem em atividades rurais, com rendimentos superiores aos ofertados pela cidade. Pelo menos nos estressamos com o que é nosso. Me arrependo somente de não ter tomado esta decisão antes”.

Quanto à sucessão da propriedade, certamente será tranquila e já está sendo preparada. Por ser filho único, com total interesse pelo local, o administrador certamente continuará com seu empreendimento rural.

Perspectivas, Alternativas e Possibilidades

Relativizando as concepções dos jovens entrevistados com as características territoriais, demográficas, étnicas, culturais, sociais e econômicas da microrregião de Frederico Westphalen e as teorias, especialmente processo decisório e racionalidade limitada, têm-se apontamentos qualitativos importantes, mesmo tendo baixa representatividade amostral. Analisando outros estudos feitos sobre a evasão jovem do rural local, percebe-se que os casos mais usuais são os que se assemelham com o segundo exposto neste texto. Os poucos jovens remanescentes no meio rural são, em sua maioria, aqueles que têm baixa escolaridade, no máximo segundo grau completo e/ou cursos técnicos na área agrícola.

A Rede Globo de Televisão realizou uma reportagem que foi ao ar no dia 2 de novembro de 2012 no Jornal Nacional, referendando a evasão de jovens do meio rural na região. A reportagem entrevistou a família de um jovem que decidiu partir para a cidade, deixando, inclusive, a casa nova que havia construído junto a terra dos pais. Neste caso, o jovem que partiu estudou e foi aprovado em concurso público. Participaram também da reportagem dois jovens que tiveram uma formação técnica na área agrícola e decidiram permanecer na propriedade da família, um deles é bem enfático em afirmar: “meu lugar é aqui”. O pai dos jovens diz que os filhos foram estudar, mas com o propósito de “*aprender lá fora e aplicar aqui dentro*”. São situações que reafirmam as abordagens feitas nos casos analisados neste estudo.

Neste sentido, mesmo observando situações em que os jovens pensam em ficar na propriedade familiar, é cada vez mais raro, na região, que jovens recém-formados em cursos superiores usem os conhecimentos,

adquiridos nas classes escolares, em prol do desenvolvimento rural local. A preparação recebida nas universidades parece vislumbrar no jovem a ideia de que trabalhando em poucos hectares de terra estarão minimizando aquilo que aprenderam. Eles até sabem que, com organização e profissionalização das técnicas produtivas, de custos e de comercialização, poderão ter renda superior às conquistadas na cidade, mas isso não parece ser o mais importante, tampouco o sentimento de pertencimento.

Mesmo sabendo que, dos três casos analisados, um deles, o do engenheiro agrônomo, demonstra a realidade da maioria dos jovens do campo, tem-se nos outros dois boas perspectivas de gradativa alteração no quadro apresentado. Políticas públicas e iniciativas acadêmicas de incentivo ao empreendedorismo rural, com a profissionalização da gestão das propriedades, como está acontecendo com o caso do administrador e do contador também, pode ser uma alternativa para instalar nos jovens o desejo de permanecer no meio, sem abrir mão dos atrativos oferecidos pelos centros urbanos.

As influências internas e externas são cruciais na decisão de sair, permanecer ou voltar para o campo, perceptíveis nos jovens em questão. Além de políticas públicas atraentes e direcionamento acadêmico estudantil no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, faz-se necessário que a família queira que este jovem fique e dê condições para isso. A divisão de tarefas com autonomia e responsabilidades é fundamental. Na medida em que o jovem se torna adulto, constitui a sua família, tem seus próprios preceitos e conhecimentos sobre as tarefas da propriedade, ele precisa sentir-se parte do processo decisório e ter autonomia para tomar suas próprias decisões. É uma questão de autoestima, que gera sentimento de pertencimento. Este ponto ficou claro nos relatos supracitados.

Percebe-se, ainda, nos relatos dos jovens, que as suas decisões partem de acontecimentos intimamente relacionados à família, e à abertura que esta dá para que a decisão seja tomada conscientemente. Um trabalho específico com a família, pensando em prospecção de sucessão hereditária, também é importante. As famílias dos entrevistados mostram-se preocupadas com

este ponto, até porque a terra pertence à família a gerações e é lógico que todos gostariam que continuasse assim. A falta de perspectiva de futuro na propriedade da maneira como ela é gerida, porém, acaba criando o sentimento de que o melhor mesmo é buscar espaço na cidade.

Tem-se um cenário favorável, com alternativas interessantes, que podem garantir a manutenção e até o retorno de jovens para a agricultura familiar. Estas alternativas são alicerçadas principalmente na família e no próprio jovem, que precisa querer; passam pelos centros de ensino, que precisam preparar e mostrar aos jovens que existem outras alternativas senão as vinculadas ao antes e depois da porteira na cadeia do agronegócio, e que é possível viver bem, com qualidade de vida no campo; passam pelos poderes públicos, sindicatos e instituições de fomento, que devem propor e ofertar alternativas concretas para que o jovem possa viabilizar seus sonhos. Em suma, são ações coletivas que mostram aos jovens do campo que eles podem vir a ser agricultores de sucesso e, acima de tudo, empreendedores rurais.

Conclusões

As afirmações expostas no presente artigo representam de maneira sintetizada os rumos seguidos pelos jovens, filhos de agricultores familiares da microrregião de Frederico Westphalen, que acabam por afetar diretamente o desenvolvimento rural local. Afetam porque a região tem na agricultura familiar uma força econômica e social importante, uma vez que a característica territorial do rural na região é predominantemente de pequenas propriedades. O reflexo das decisões dos jovens está sendo pauta de discussões constantes no conselho regional de desenvolvimento, sindicatos e universidades, instituições que têm mostrado preocupação com o resultado, já perceptível, desse fenômeno cada vez mais comum.

As ações pensadas para tentar reprimir o problema da evasão jovem e até mesmo retroagir as saídas, no entanto, não estão sendo eficazes e, em muitos casos, não saem do papel por motivos variados. Parte da falta de in-

teresse da própria comunidade rural, por desacreditar que a vida do jovem junto a propriedade possa ser melhor que a vida da cidade, até a carência de projetos públicos e sociais de extensão e suporte efetivos que vislumbrem nos jovens reais possibilidades de permanência. As situações ora apresentadas são históricas e vêm transformando os cenários rurais há décadas em todas as regiões onde a agricultura familiar predomina. Inúmeras tentativas de reversão do quadro foram originadas dessa preocupação, sempre encontrando barreiras e incompatibilidades de interesses.

Os casos analisados neste estudo geram expectativas para a região em questão. Mostram que, mesmo com todas as correntes contrárias, aos poucos a população jovem está percebendo que existem alternativas no campo, nas pequenas propriedades familiares, de construírem suas vidas sem abrir mão daquilo que a cidade lhes oferece. A abordagem de literatura apresentada, além de direcionar o desenvolvimento rural da região à agricultura familiar, pelas características territoriais e fundiárias, aponta para atividades plurais, com preceitos de organização, profissionalização, ações empreendedoras e planejamento dessas atividades, possibilitando aos jovens do campo conciliar as atividades na lavoura com outras, tornando a propriedade um empreendimento rural, organizando-o sem precisar estar envolvido diretamente nele o tempo todo, podendo inclusive residir na cidade.

Por outro lado, para que isso se viabilize e se torne uma prática constante de revitalização das pequenas propriedades rurais, os atores envolvidos precisam acreditar no próprio potencial. Os pais desses jovens que buscam novos ares, devem fortalecer neles a vontade de permanecer no campo, dando-lhes condições de desenvolver suas atividades com autonomia, delegando responsabilidades, permitindo que tenham renda própria e desenvolvam sua autoestima e independência; afinal, segundo os próprios jovens, é isso que buscam e têm como principais atrativos nos centros urbanos.

Esta motivação torna-se explícita nos casos apresentados no presente artigo. Mesmo com formação acadêmica e social bem-estruturada, o apoio e o interesse da família, especialmente dos pais, para que se mantenha

na atividade, mesmo que parcialmente, reflete significativamente nas suas decisões. Em suma, as influências que cercam a permanência ou não dos jovens nas atividades agropecuárias familiares são muitas e distintas, assim como as motivações para que permaneçam e até retornem para a propriedade da família, realidades que alçam novos rumos e perspectivas ao desenvolvimento rural da microrregião de Frederico Westphalen.

Referências

- ADACHI, P. P. *Família S.A.: gestão de empresa familiar e solução de conflitos*. São Paulo: Atlas, 2006.
- ALVAREZ, R. *JN no ar*. 2012. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/cidade-no-sul-do-brasil-perde-moradores-por-causa-da-migracao-diz-censo/2222769/>>. Acesso em: 2 ago. 2013.
- BARBIERI, C.; MAHONEY, E. Why is the Diversification an Attractive Farm Adjustment Strategy. *Journal of Rural Studies*, v. 25, p. 58-66, 2009.
- BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO (Org.). *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2004.
- BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.
- BRIXIUS, L.; AGUIAR, R.; MORAES, V. A. A força da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, n. 1/3, set./dez. 2006.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 165-185.
- CASILLAS, J. C. B. et al. *Gestão da empresa familiar: conceitos, casos e soluções*. São Paulo: Thomson, 2007.

- DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégias de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (Org.). *Turismo rural: iniciativas e inovações*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- GASSON, R. Goals and Values of Farmers. *Journal of Agricultural Economics*, Oxford, v. 24, p. 521-538, 1973.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo Estatístico 2000 e 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- LOBLEY, M. Succession in the Family Farm Business. *Journal of Agricultural Economics*, Oxford, v. 13, n. 12, p. 839-851, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Disponível em: 20 nov. 2013.
- MINKES, A. L.; GORDON R. Herbert Simon and the concept of dispersed entrepreneurship. *Journal of Economic Psychology*, v. 24, n. 2, p. 221-228, 2003.
- PIRAN, N. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: Edifapes, 2001.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SACO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, S.; MATTOS, E. J. *A pluriatividade no meio rural gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável*. 2006. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/publicacoes/vol2/n1_2/pag6.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 18, n. 51, fev. 2003.
- SEGATTI, S.; HESPANHOL, A. N. Alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais. *Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – Engrup*, São Paulo, p. 615-631, 2008.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Genêro, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis, SC: Ed: Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. P. de; BASSO, D. Incerteza, racionalidade e procedimentos em ações de desenvolvimento local. In.: *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Ed. Unijuí, jul./dez. 2003.

SIMON, H. A. *Comportamento administrativo*: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

STERNBERG, R. J. In: SILVA NETO, B.; LIMA, A. P. de; BASSO, D. Incerteza, racionalidade e procedimentos em ações de desenvolvimento local. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Ed. Unijuí, ano 1, n. 2, p. 123-149, jul./dez. 2003.

TITO, N. G. *Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura*. 2012. Disponível em: <[http://www.iica.int/Esp/regiones/ser/brasil/Lists/DocumentosTecnicosabertos/Attachments/640/produto%201_Neuza%20Tito_oficial%20\(1\).pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/ser/brasil/Lists/DocumentosTecnicosabertos/Attachments/640/produto%201_Neuza%20Tito_oficial%20(1).pdf)>. Disponível em: 1º ago. 2013.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES M. F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

Recebido em: 18/10/2013

Accepted em: 21/11/2013